

A QUESTÃO DA SUBALTERNIDADE E A REIVINDICAÇÃO DE NARRAR O MUNDO

Ian Rebouças de Andrade¹
iandeandradox@gmail.com

Resumo: *O Debate decolonial e pós colonial ganha visibilidade na academia ao atrair olhares para uma episteme contemporânea que questiona sobre os intelectuais trabalhados no âmbito dessa, bem como a versão da história hegemônica. O objetivo de autores como Spivak (2010) e Mbembe (2001) é discutir a capacidade do subalterno de se representar, e, para isso, propõem transportar-se a condução do debate pertinente à subjetividade feminina contemporânea e da identidade negra, para além da questão epistemológica e da dominância do “fazer-se conhecimento” e conhecimento dominante. A partir de uma metodologia teórica e de pesquisa bibliográfica, considero, ao fim, que é preciso produzir uma epistemologia historiográfica aliada a uma etnografia compreensiva dos sujeitos. Não é falar por elas, mas a partir da fala delas.*

Palavras-chave: *Decolonial. Subalternos. Subalternidade. Identidade. Auto-inscrição*

ABSTRACT: *The decolonial and postcolonial Debate gains visibility in the academy by attracting attention to a contemporary episteme that questions the intellectuals worked within this scope, as well as the hegemonic version of history. The objective of authors such as Spivak (2010) and Mbembe (2001) is to discuss the capacity of the subaltern to represent themselves, and, for this, they propose to carry out the conduct of the debate relevant to contemporary female subjectivity and black identity, beyond the epistemological issue and the dominance of “making knowledge” and dominant knowledge. Based on a theoretical methodology and bibliographic research, I finally consider that it is necessary to produce a historiographic epistemology combined with a comprehensive ethnography of the subjects. It is not to speak for them but from their speech.*

KEYWORDS: *Decolonial. Subalterns. Subalternity. Identity. self-registration*

¹ Doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Membro do Grupo de pesquisa Mídia, Política e Cultura (vinculado ao PPGCOM/UFC).

INTRODUÇÃO

O debate Decolonial e Pós-colonial ganha visibilidade na academia ao atrair olhares para uma episteme contemporânea que questiona sobre os intelectuais trabalhados no âmbito dessa, bem como questiona o entendimento da história mundial, ao problematizar que essa história é contada de um ponto de vista do colonizador, a partir de autores e intelectuais que fazem parte de nações imperialista, e que por isso, não percebem várias questões no âmbito social do país colonizado. Com debate Decolonial me refiro, concordando com Quintero, Figueira e Concha Elizalde (2019, p. 4), ao conjunto heterogêneo de contribuições teóricas e investigativas sobre a colonialidade, que cobre tanto as revisões historiográficas, os estudos de caso, a recuperação do pensamento crítico latino-americano, as revisões e tentativas de expandir e de revisitar e revisar as indagações teóricas, sendo um “espaço” enunciativo, mas não isento de contradições, cujo o ponto de coincidência é a problematização da colonialidade em suas diferentes formas, ligada a uma série de premissas epistêmicas compartilhadas. E com Debate Pós colonial me refiro, concordando também com Quintero, Figueira e Concha Elizalde (2019, p. 4), aos importantes estudos oriundos de importantes centro de produção acadêmica do chamado “primeiro mundo” ou dos países do norte geográfico global e que surgiram com uma forte influência do pós-modernismo e do pós-estruturalismo, mais focados, portanto, na análise do discurso e da textualidade. O Pós-colonialismo teve também desde os anos de 1990, uma forte influência na produção intelectual periférica, sempre atenta ao discurso dominante.

Com tais estudos, abre-se novas possibilidades de estudar assuntos e categorias como “lugar de fala”, “intelectuais”, “história colonial”, a partir de perspectivas de epistemologias do sul. Segundo Silva e Oliveira (2018, p. 4) O projeto teórico-político, de Spivak (2010), por exemplo, está relacionado com uma necessidade biográfica de desfazer “o duplo lugar” de fala dos subalternos nos âmbitos sociocultural, político e histórico, tratando-se do lugar destinado à mulher, num país colonizado – num país do sul colonizado pelos países do norte global.

O objetivo central da autora é discutir a capacidade do subalterno de se representar, e, para isso, ela propõe transportar-se a condução do debate pertinente à subjetividade feminina contemporânea, para além da questão epistemológica e da dominância do “fazer-se conhecimento” e conhecimento dominante (SILVA; OLIVEIRA, 2018, p. 4).

O Objetivo deste ensaio é resgatar principalmente os conceitos de Subalternidade de Spivak (2010) e Auto inscrição de Mbembe (2001), bem como trazer suas críticas de forma direta e acessível. Para isso faço um percurso teórico e pesquisa essencialmente bibliográfica.

Divido o ensaio em três (3) tópicos: sendo o primeiro, após esta introdução, no tópico “Pode o subalterno Falar”, trago uma retomada teórica a partir de Spivak (2010), trazendo e comentando suas críticas à Foucault, Deleuze e Gramsci, bem como resgatando de suas obras o que esses autores falaram. No tópico segundo “reivindicar a identidade”, trago um mergulho maior no texto de Mbembe (2001), em que o mesmo afirma que a identidade africana é maior do que a forma que foi concebida pelos sujeitos colonizadores. Ao fim, no terceiro tópico, nas considerações finais, trago uma reflexão acerca das novas formas de conceber o mundo, a história e de se auto inscrever.

PODE O SUBALTERNO FALAR?

Spivak (2010) pretende com seu texto “pode o subalterno falar?” Questionar os fundamentos hegemônicos das ciências e da filosofia, sobretudo a europeia, à luz das narrativas alternativas, ou dos saberes dos povos dos territórios que foram colonizados. O principal desconforto de Spivak (2010), gira em torno do modo de explicar o mundo e a Índia a partir do ponto de vista europeu, ou seja, do ponto de vista do colonizador. Segundo Figueiredo (2010), uma importante prerrogativa para o desenvolvimento do Grupo de Estudos Subalternos Sul-Asiáticos foi reescrever a trajetória da Índia colonial de um distinto e separado ponto de vista, o das massas, promovendo uma história alternativa com relação ao discurso oficial dos historiadores que se inscreviam na ideologia de suas alianças políticas com a raj inglesa.

Segundo Spivak (2010), os estudos dos subalternos, pela perspectiva Pós-colonial que Spivak (2010) tanto se referencia, começaram nos anos de 1980 com o indiano chamado Guha (1999). Apesar desta categoria dos “subalternos” já ter sido debatida também por Antonio Gramsci nos seus *Escritos políticos*² (1978) e *Cadernos do cárcere* (2018).

Para Gramsci (2018, p. 106), por exemplo, o termo subalterno carrega um significado: o foco da análise gramsciana é na superação da subalternidade - é o subalterno que, ao tornar-se dirigente e responsável, trona-se uma pessoa histórica, um protagonista, iniciando seu caminho pelo busca da superação da subalternidade e conquistando sua autonomia - mas isso não pode ser alcançado de forma individual, devendo ser uma luta política coletiva, através da mediação de um partido político, até ,enfim, a conquista do Estado, e então, sua transformação. Nos “escritos políticos”, no texto sobre “Alguns aspectos da questão meridional”³, Gramsci (1978, p. 443) frisa que o proletariado pode se tornar o líder/dirigente e a classe dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classes que lhe permite mobilizar a maioria da população trabalhadora contra o capitalismo e o Estado burguês⁴.

2 “*Selections From Political Writings*”, na tradução Inglesa.

3 “*Some Aspects of the Southern Question*”, na tradução Inglesa.

4 Na versão Inglesa: “The proletariat can become the leading ! and the dominant class to the extent that it succeeds in creating a system of class alliances which allows it to mobilize the majority of the working population against capitalism and the bourgeois State” (GRAMSCI, 1978, p. 443).

Já Spivak (2010), e Guha (1999), utilizam o termo “subalterno” para se referir aos grupos marginalizados, fora do mercado capitalista, ou que não tem voz ou representatividade. Esse atributo é relacionado à uma subordinação histórica na sociedade, em termos de classe, casta, idade, gênero e trabalho, bem como identidade, falta de representação/representatividade. A condição de subalternidade é a condição do silêncio, para Spivak (2010), ou seja, segundo Figueiredo (2010), o subalterno carece necessariamente de um representante por sua própria condição de silenciado.

Spivak (2010) também dará um foco à questão da subalternidade feminina, e de como a condição de ser mulher, agrava todas as experiências da subalternidade, além de tirar ainda mais sua fala/voz.

Segundo Spivak (2010), e Guha (1999), que a mesma referencia, o subalterno seria um ser não registrado, ou não registrável, incapaz de agir ou de adaptar como agente histórico da ação hegemônica, ou seja, de estar presente nas definições tradicionais, nas dicotomias estruturais e na construção dos heróis do drama, na escrita, na literatura, na educação, nas instituições, na administração, na lei, na autoridade, na intelectualidade/ser intelectual, ou ser reconhecido.

Spivak (2010) sempre foca que é necessário desenvolver e falar da história da Índia colonial distinto do ponto de vista histórico massificado, ou seja, promover uma história alternativa ao discurso dos historiadores que escreveram e se inscreveram na ideologia dominante inglesa. A autora indiana discute os mecanismos que regem o processo da subalternidade, e evidencia que, o subalterno não corresponde à apenas uma palavra ou outra palavra para “oprimido”, mas para aquele que não consegue seu espaço merecido e necessário para sua existência plena no contexto que vivemos que é globalizante, capitalista e extremamente excludente.

A autora indiana trava um debate sobre o intelectual e sobre a autoridade intelectual, de poder falar pelo outro, e, nesse sentido, critica Foucault e Deleuze (2017) no debate que fazem no texto “os intelectuais e o poder”. Neste ensaio, destacam:

O intelectual dizia a verdade àqueles que ainda não a viam e em nome daqueles que não podiam dizê-la: consciência e eloquência. Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte desse sistema de poder, a ideia de que eles são agente da “consciência” e dos discursos também faz parte desse sistema. (FOUCAULT; DELEUZE (2017, p. 131)

Segundo Auad (2019), Foucault & Deleuze acabam ignorando a “ideia de contradição constitutiva” (SPIVAK, 2010, p. 28) e que leva a uma ausência da “necessidade da difícil tarefa de realizar uma produção ideológica contra-hegemônica” (idem, 2010, p. 30), o que acabaria auxiliando certo empirismo subjetivista “a definir sua própria arena como a da ‘experiência concreta’, ‘o que realmente acontece’” (SPIVAK, 2010, p. 30).

Ao ignorar essas distinções da representação – que não poderiam permitir ao sujeito subalterno uma total clareza sobre si – o que acabaria acontecendo seria uma espécie de “violência epistêmica”, que ainda mantém uma relação entre o Eu e o Outro (principalmente o Outro da Europa), que se valeria de uma total ignorância da divisão internacional do trabalho (inclusive o intelectual). Assim,

De acordo com Foucault e Deleuze (falando a partir do Primeiro Mundo, sob a padronização e regulamentação do capital socializado, embora não pareçam reconhecer isso), os oprimidos, se tiverem a oportunidade (o problema da representação não pode ser ignorado aqui), e por meio da solidariedade através de uma política de alianças (uma temática marxista em funcionamento neste caso), podem falar e conhecer suas condições. Devemos agora confrontar a seguinte questão: no outro lado da divisão internacional do trabalho do capital socializado, dentro e fora do circuito da violência epistêmica da lei e educação imperialistas, complementando um texto econômico anterior, pode o subalterno falar? (SPIVAK, 2010, p. 54)

De acordo com Foucault e Deleuze - falando a partir do primeiro mundo, sob a padronização e regulamentação do capital socializado, embora não pareçam reconhecer isso - os oprimidos, se tiverem a oportunidade - o problema da representação não pode ser ignorado aqui - e por meio da solidariedade através de uma política de alianças⁵, podem falar e conhecer suas condições.

Devemos agora confrontar a seguinte questão: no outro lado da divisão internacional do trabalho do capital socializado, dentro e fora do circuito da violência epistêmica da lei e educação imperialistas, complementando um texto econômico anterior, pode o subalterno falar? (SPIVAK, 2010, p. 54)

Spivak [2010] desvela o lugar incômodo e a cumplicidade do intelectual que julga poder falar pelo outro e, por meio dele, construir um discurso de resistência. Agir dessa forma, a autora argumenta, é reproduzir as estruturas de poder e opressão, mantendo o subalterno silenciado, sem lhe oferecer uma posição, um espaço de onde possa falar e, principalmente, no qual possa ser ouvido. Spivak alerta, portanto, para o perigo de se constituir o subalterno apenas como objeto de conhecimento por parte de intelectuais que almejam serem meros porta-vozes do Outro (SILVA; OLIVEIRA, 2018, p. 8)

⁵ Uma temática marxista em funcionamento neste caso.

Para Spivak (2010), Foucault e Deleuze ignoram tanto a violência epistêmica do imperialismo, quanto a divisão internacional do trabalho (2017, p. 91) e acrescenta que mesmo que se for assegurado à mulher (de forma absurda pelo intelectual que não pode representá-la) um espaço no qual ela possa falar, assim mesmo a mulher se encontra duplamente na obscuridade.

Spivak (2010) diz que Foucault é um pensador brilhante sobre o poder nas entrelinhas, mas, a consciência da reinscrição (escrever novamente) topográfica do imperialismo não faz parte de suas proposições, pois ele é cooptado pela versão restrita do Ocidente produzida por essa reinscrição, e, assim, também colabora para consolidar seus efeitos (SPIVAK, 2010, p. 95). A autora acrescenta que:

[...] a banalidade das listas produzidas pelos intelectuais de esquerda nas quais nomeiam subalternos politicamente perspicazes e capazes de autoconhecimento. Ao representa-los, os intelectuais representam a si mesmo como sendo transparentes (SPIVAK, 2010, p. 41).

Assim, também, Spivak (2010) faz uma crítica ao subalterno nos termos gramscianos, apresentado anteriormente, que foca numa autonomia do sujeito subalterno com uma premissa “essencialista”, segundo ela, e remete à sua preocupação em teorizar sobre um sujeito subalterno que não pode ocupar uma categoria monolítica e indiferenciada. Gramsci, para Spivak (2010), não levaria em consideração a heterogeneidade do sujeito subalterno. Segundo Almeida (2010), esse sujeito é irremediavelmente e irreduzivelmente heterogêneo. Segundo Almeida (2010) o Ensaio de Spivak (2010) nos mostra o quanto o Pós-colonialismo e o decolonialismo avançaram em relação ao marxismo, e que suas abordagens e debates também herdaram contribuições tanto de trabalhos marxistas, como dos debates de trabalhos de autores pós-estruturalistas, como Deleuze, Guattari, Derrida e Foucault.

Ao fim, a obra de Spivak (2010) também analisa como o tema do “terceiro mundo” é representado pelo discurso colonial ocidental e está atravessada por interesses internacionais e econômicos. É preciso observar, assim, que o projeto e as leis ditas pelo imperialismo sufocam os ditos marginais e não lhes dá permissão de falar ou de permissão de narrar, de contar sua própria história. A autora ainda luta contra a sistema patriarcal, marca das mazelas sociais também deixadas pelo colonialismo, e do preconceito e opressão contra a mulher.

Por fim, a autora finaliza:

[...] o subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à “mulher” como um item respeitoso nas listas de prioridades globais. A representação não definiu. A mulher intelectual como uma intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio (SPIVAK, 2010, p. 165)

É possível fazer questionamentos à Spivak (2010): a autora retoma e cobra uma questão polêmica nas ciências sociais: a questão do “local de fala”. Essa questão, muito debatida pelos intelectuais e pesquisadores da academia, abre os seguintes questionamentos: será que só pode falar de algo quem passa por esse algo? Será que essa questão de só poder falar de algo quem passar, está sendo utilizada para dar voz aos que não tem? Ou para calar outros? Ou será que a melhor interpretação não nos levaria a priorizar às falas e vozes de experiência? Ou será que essas perguntas são inerentes - estão ligadas de forma inseparável - à questão de eu ser homem e branco e assim, reivindicar poder falar por todos?

Oliveira e Barbosa (2020), vão a fundo nessa questão ao contribuírem:

Enegrecer a produção do conhecimento, a priori, é também criar uma nova linguagem, fazer ressurgir a outra narrativa, negada historicamente, e que provoca fissuras e tensionamentos para desestabilizar a norma imposta pelo regime discursivo dominante. A importância de falar e expressar uma análise embasada em outro viés epistemológico, de um lugar tido como periférico, nos permite transgredir a linguagem do academicismo clássico, sobretudo, destoar vozes, a partir de outras vozes dissonantes e insurgentes no universo epistêmico, de modo a descolonizar, enegrecer, desembranquecer e feminizar o conhecimento acadêmico (OLIVEIRA; BARBOSA, 2020, pp. 384-385)

Assim, as questões que devem ser perguntadas aqui não são as de “se poder falar ou não falar pelo outro” - ou de somente de quem for mulher ou negro/a poder falar de determinados assuntos, e/ou categorias - mas sim deixar pessoas que historicamente e socialmente tiveram suas vozes apagadas, também terem oportunidade de construir e colaborar para a construção do conhecimento científico e da história na academia e na sociedade, bem como também dar oportunidade à eles(as) que contém sua própria história:

A ausência da população negra nesses espaços impacta significativamente na estima e na imagem social destas, sem falar no direito que temos de estar e permanecer em quaisquer espaços em que queiramos estar. Urge a necessidade de feminizar e descolonizar, começando pelo meio acadêmico, pela ciência, onde o racismo se perpetuou, ou seja, enegrecer os saberes, romper com práticas de fazer ciência por meio da negação, da invisibilização e inferiorização de outras epistemologias, tornar preto nossa inter-pretação, subvertendo a ordem acadêmica e desembranquecendo a lógica eurocêntrica, para então, construir contraolhares e narrativas afrocentradas (OLIVEIRA; BARBOSA, 2020, p. 388)

Como muito bem afirma e contribui Djamila Ribeiro (2017, p. 44): “é necessário escutar por parte de quem sempre foi autorizado a falar”, a existência dessa barreira entre fala e escuta recai muitas vezes nos incômodos trazidos pela fala dos subalternizados, e assim, silenciados.

REINVINDICAR A IDENTIDADE

Assim como o texto “Pode o subalterno falar” de Spivak (2010), o texto de Achille Mbembe (2001) “As formas africanas de auto-inscrição”, se preocupa com às questões de colonização, e de colonialismo, em mais específico: com as diferentes formas de construir, conceber, identificar, representar a identidade africana, a partir de um discurso de um lado: o do colonizador.

O autor reflete sobre uma busca não reflexiva de uma alteridade africana, em que o próprio africano pode adquirir sua própria identidade e subjetividade, tornar-se consciente de si mesmo. A questão problema é de conceber a África Continente como se fosse uma Única Nação (costumeiramente visto isso), sem suas especificidades, diversidade, heterogeneidade, culturais, políticas, geográficas, religiosas, etc.

Há duas correntes filosóficas, que o autor chama de “economicista” ou “economismo”, e a da “metafísica da diferença”, e ambas, são historicismos, fadadas ao fracasso, segundo Mbembe (2001). A primeira instrumentaliza (além de ser oportunismo político) o uso e categorias marxistas e nacionalista para desenvolver um imaginário da política e da cultura; a segunda, promove a ideia de uma única identidade africana, que em princípio, é o pertencimento à raça negra (quando já é sabido que o continente Africano é o mais diverso em termos étnicos).

Assim, o economismo advém do instrumentalismo e oportunismo político. “Utiliza categorias marxistas e nacionalistas para desenvolver um imaginário da cultura e da política [...]. Está permeada pela tensão entre o voluntarismo e a vitimização” (MBEMBE, 2001, p. 174); Afirma-se que “a África não é responsável pelas catástrofes que sobre elas se abatem” (ibidem, p. 176); considera-se que “a dificuldade de o sujeito africano representar a si mesmo (a) como o sujeito de uma vontade livre, resulta desta longa história de subjugação” (ibidem, p. 176). Por sua vez a “metafísica da diferença” tem ênfase na “condição nativa”, ela promove a “ideia de uma identidade única da África, cuja base é a o pertencimento à raça negra” (ibidem, p. 174).

Para fundamentar suas críticas às essas correntes filosóficas, o autor aponta alguns eventos históricos que se relacionam com estas: a escravidão, o colonialismo e o Apartheid. E como consequências sociais do colonialismo, escravidão e Apartheid, temos as mazelas sociais como sequelas, como a divisão do self (ou a perda do “eu”), a expropriação material (roubo dos recursos africanos, em vários sentidos, materiais, simbólicos, culturais), e, a falsificação da concepção africana. Em todas essas concepções equivocadas, o “eu” africano se torna alienado de si mesmo, segundo Mbembe (2001).

Um dos exemplos recorrentes no texto do autor, é a experiência judaica como arquétipo/modelo da concepção do outro para o Ocidente. Um “Orientalismo”, como diria Said (2007). Explicando: para Edward Said (2007), em seu livro “O Orientalismo”, aquilo

que se convencionou chamar de “Oriente” reflete uma construção intelectual, literária e política do “Ocidente”, que, ao fazê-lo, inventa também a si mesmo, segundo esse autor. Isso tudo só reforça como essa identidade justifica a discriminação, preconceito e a xenofobia, e, nos casos mais graves - mas mesmo assim muito comuns - a segregação, exclusão e violência. Uma provocação muito interessante do autor, é quando ele diz que a ideia de uma africanidade não negra é totalmente impensável. Muito bem observado.

Mbembe (2001) finaliza na conclusão:

não há nenhuma identidade africana que possa ser designada por um único termo, ou que possa ser nomeada por uma única palavra; ou que possa ser subsumida a uma única categoria. A identidade africana não existe como substância. Ela é constituída, de variantes formas, através de uma série de práticas, notavelmente as práticas do self (MBEMBE, 2001, pp. 198-199)

A produção de identidades fora do sistema binário branco e negro devem ser adicionadas aos debates e pensadas urgentemente para Mbembe (2001). A questão reflexiva evidenciada pelo autor é a busca pelo “auto inscrição africana”, pelo poder de contar e narrar suas próprias histórias e identidade de maneira originais, nesse sentido o autor entra em acordo com Spivak (2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reinvidicações como as de Mbembe (2001), de Spivak (2010), de Silva e Oliveira (2018), e de Oliveira e Barbosa (2020), são legítimas, bem fundamentadas e fazem total sentido. Porém, é preciso se questionar também se os modos de se auto conceber, narrar sua história, ou de se “auto inscrever” correspondem ao “real” (uma vez que a noção de “real” é polêmica e discutível nas ciências sociais), ou, correspondem à uma nova versão, outra versão, ou versão “alternativa” da história à história hegemônica, assim, em outras e melhores palavras: a auto inscrição é uma versão da história, da identidade, a partir de dentro, ou, nativa.

É preciso elucidar que, não é por ser uma “alternativa” à história hegemônica que ela tem menor importância, ou menor relevância. Nesse sentido, concordo e reitero as falas de Silva e Oliveira (2018), de que é preciso produzir uma epistemologia historiográfica aliada a uma etnografia compreensiva dos sujeitos. Não é falar por elas, mas a partir da fala delas. É preciso criar condições para que a voz do subalterno seja ouvida, pois a medida que sua voz é ouvida, ele já não o é. É preciso que essa voz seja ouvida, conhecida, entendida, estudada, fixada e gravada.

Por fim, considero que é papel fundamental do intelectual homem, ou branco, ou heterossexual, ou heteronormativo, dentro do seu espaço privilegiado de poder de fala na sociedade, é não tomar o lugar de pessoas que precisam falar ou contar a história a partir de sua vivência, bem como não negligenciar essas falas e essas vozes.

Não se trata aqui daquela concepção de não se poder falar de categorias como “subalterno” quando não se é, ou de não poder se falar de uma identidade a qual não se tem. Não é isso. Mas sim, de não tomar o lugar das pessoas com pouco ou nenhum espaço de serem ouvidas, e, assim, não colaborando com a problemática aqui debatida, de que o colonialismo atravessa nossa sociedade e invisibiliza esses sujeitos e vozes. Finalizo reiterando que para os brancos não basta não serem racistas, mas é preciso serem anti-racistas, e, que não basta não serem colonialistas ou imperialistas, é preciso ser anti-colonialistas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Prefácio – Apresentando Spivak . In: SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. – Belo Horizonte :Editora UFMG, 2010.

AUAD, Pedro Trindade. E quando o subalterno fala? Ideologia, tradução e ética. *Revista Criação & Crítica*, [S. l.], v. 1, n. 24, p. 115-130, 2019. DOI: 10.11606/issn.1984-1124.v1i24p115-130. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/145699> . Acesso em: 26 out. 2021.

FIGUEIREDO, Carlos Vinícius da Silva. Estudos Subalternos: Uma Introdução. *Raído, Dourados, MS*, v. 4, n. 7, p. 83-92, jan./jun, 2010. pp. 83-92. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/viewFile/619/522> . Acesso em: 17 jul. 2021

FOUCAULT, Michel; DELEUZE, Gilles. Os intelectuais e o poder [1972]. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org., Intro. E Revisão Téc. De Roberto Machado. – 6ª Ed – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere: introdução ao estudo da filosofia – a filosofia de Benedetto Croce*. Ed. e tradução Carlos Nelson Coutinho; coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. – 10ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. Vol. 1.

GRAMSCI, Antonio. Some Aspects of the Southern Question. In: GRAMSCI, Antonio. Selections From Political Writings (1921 - 1926). With additional texts by other Italian Communist leaders. Translated and edited by Quintin Hoare. First published, Quintin Hoare: Lawrence And Wishart London, 1978.

GUHA, Ranajit . Elementary Aspects Of Peasant Insurgency In Colonial India. Foreword By James Scott. Durham and London: Duke University Press, 1999.

MBEMBE, Achile. As Formas Africanas de Auto- Inscrição. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro - RJ, Ano 23, nº 1, 2001, pp. 171-209. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-546X2001000100007>. Acesso 17 jul. 2021.

OLIVEIRA, Franciane da Silva Santos; BARBOSA, Lia Pinheiro. Epistemologias marginalizadas: a questão racial no debate sociológico latino-americano. Revista Afro-Ásia, Salvador – BA, v. 2, n. 62, pp. 338-390, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9771/aa.v0i62.34966>. Acesso 17 jul. 2021

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patricia ; CONCHA ELIZALDE, Paz . Uma breve história dos estudos decoloniais. Arte e Descolonização, O MASP e Afterall, [S. l.], v. 3, pp. 3-12, 2019. Disponível em: <https://masp.org.br/uploads/temp/temp-QE1LhobgtE4MbKZhc8Jv.pdf> . Acesso 17 nov. 2021.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala?. Belo Horizonte (MG): Letramento Editora e Livraria LTDA, 2017 [Recurso digital].

SAID, Edward W. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. (Tradução de Rosaura Eichenberg). São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, Francisco Rômulo do Nascimento; OLIVEIRA, Patrícia Maria Apolônio de. Quando a mulher negra subalterna fala: diálogos entre Gayatri Chakravorty Spivak e Carolina Maria de Jesus. IS Working Paper, Porto – Portugal, 3.ª Série, n.º 74, Quinta, Novembro 1, 2018. Disponível em: <https://isociologia.up.pt/sites/default/files/working-papers/WP%2074.pdf>. Acesso 19 jul. 2021

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o Subalterno falar? Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.